



Conflito socioambiental e resistência camponesa: expansão territorial do dendê no nordeste paraense

Environmental conflict and peasant resistance: territorial expansion of *dendê* in Pará Northeast

SILVA, Fabiana Carneiro da¹; GOMES, Dérick Lima²; MACEDO, Cátia Oliveira³.

1- Graduanda em Geografia – UEPA, Bolsista PIBIC/UEPA, fabianacarneiro@rocketmail.com; 2- Graduando em Geografia – UEPA, Bolsista PIBIC/FAPESPA/UEPA, dericklima16@hotmail.com; 3- Professora Dra. UEPA/ IFPA, catiamacedo@yahoo.com.

Seção temática: Sócio biodiversidade e Território.

Resumo

Este artigo objetiva demonstrar as transformações ocorridas na agricultura camponesa na região do nordeste paraense em decorrência da expansão da produção do dendê. Partimos de levantamentos bibliográficos e documentais e trabalhos de campo com entrevistas estruturadas e semiestruturadas para melhor compreender tais questões. A partir dos resultados obtidos, se questiona a ideia de desenvolvimento sustentável do PNPB, tal como, a noção de modernidade promulgada pelo agronegócio.

Palavras-Chave: Campesinato; Território; Agronegócio; Impactos Socioambientais.

Abstract

This article aims evidence the changes occurring in peasant agriculture in *paraense* Northeast due to the expansion process of *dendê* production. The methodology based itself on bibliographic and documental accounts, as well as, the fieldwork when interviews and informal chatting were conducted. Departing from the gathered results, it is questioned the notion of sustainable development in PNPB, even as, the concept of modernity announced by agribusiness.

Key-words: Peasantry; Territory; Agro business; Environmental impacts.

Introdução

A partir da crise do petróleo em meados de 1970, e compreendendo o cenário crítico pelo qual passava a economia nacional no mesmo período, incitou-se, por parte do governo brasileiro, o avanço de medidas para a efetivação de novas matrizes energéticas para o país – lembremos as experiências da FINEP (Financiadora de Estudos e Pesquisas) e do PRÓALCOOL, ambos os projetos datam da década de 70 e buscavam a criação e ampliação de fontes de energias alternativas com baixos custos na produção e competitividade de mercado (ver ROTHMAN & FURTADO, 2005) – além, evidentemente, da carga ideológica que trazia o biocombustível como



uma alternativa biodegradável e, dessa maneira, considerando-o “ecologicamente correto”.

Nesse contexto, este trabalho analisa a expansão territorial do dendê (óleo de palma) enquanto potencial bioenergético, que encontra na Amazônia e mais especificamente no nordeste paraense, o cenário ideal para estabelecer-se sob a figura do *agronegócio*, aqui entendido a partir da lógica de uma agricultura altamente mecanizada, *usuária de pacotes tecnológicos modernos, insumos químicos e biológicos*, produção em larga escala, que explora grandes extensões de terra, geralmente de base monocultora (FABRINI, 2010).

Dessa forma, através das iniciativas de incentivos fiscais e programas como PNPB (Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel) criado em 2004 pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que ancora a produção numa perspectiva de “inclusão social” a partir do *selo de combustível social (SCS)*, procura-se expandir a fronteira energética brasileira através da imagem do “desenvolvimento sustentável”, em níveis globais, mas que se apresenta contraditoriamente em escala regional/local.

Desse modo, adotamos como recorte espacial para pesquisa o município de Concórdia do Pará devido à função e importância que este município (e a mesorregião do Nordeste paraense, a qual faz parte) vem ganhando como um polo produtor de dendê no Pará e no Brasil, e por ter vivido nos últimos anos profundas transformações em decorrência da expansão dos campos dessa oleaginosa. Assim, objetivamos analisar o impacto dessas transformações sobre a territorialidade das comunidades camponesas. Partimos da vertente teórica que entende que o campesinato se recria enquanto classe social a partir da própria condição contraditória que o capitalismo lhe proporciona: subordinada e, portanto, dentro do sistema, inserida na reprodução ampliada do capital, ou seja, na sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2004).

A metodologia pautou-se no levantamento bibliográfico e documental, além dos trabalhos de campo, realizados em 2013 e 2014, no qual foram feitos levantamentos fotográficos e a aplicação das entrevistas (abertas e semiestruturadas) com auxílio de gravadores, cadernetas de anotações e câmeras fotográficas.



1- A expansão territorial do dendê no nordeste paraense frente à territorialização da agricultura camponesa.

A expansão da lavoura do dendê no Brasil se dá de maneira gradual, chegando à Amazônia na década de 50 e conseqüentemente ao Pará por meio do IAN (Instituto Agrônômico do Norte), que se torna a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Amazônia Oriental). A caracterização da produção capitalista se dá mais efetivamente na década de 1970, quando a iniciativa privada adentra na dinâmica da produção do dendê abrindo espaço para empresas como a Biopalma, Agropalma, Marborges, Palmasa, que veem no Nordeste paraense, Concórdia do Pará e outros, um lócus para sua expansão.

Temos nesse momento o processo que entendemos como *territorialização do capital* em que, com a expansão do modo capitalista de produção, comprando ou ganhando acesso a terras, provoca a expulsão e/ou expropriação dos camponeses (OLIVEIRA, 2004). Entretanto, em 2004 com o PNPB e o SCS, a empresa produtora de dendê passa a ter algumas obrigações com o “agricultor familiar” ao operarem com a compra da matéria-prima produzida pelo mesmo; dentre as principais se destaca a assinatura de contratos e a capacitação dos agricultores, para assim obter subsídios estatais.

Dessa forma, após as tentativas de compra das terras dos pequenos proprietários, as empresas passam então a subordinar as pequenas produções agrícolas a sua lógica capitalista, através da *parceria*, caracterizando o que Oliveira (2004) denomina *de monopolização do território pelo capital*, quando se extrai a renda da terra sem a necessidade de expropriar os camponeses. Entretanto, observamos em campo que os dois processos estão ocorrendo simultaneamente.

Existe ainda a tentativa de ampliar a territorialização do capital com a compra das pequenas propriedades, nesse processo muitos camponeses resistem e se recusam a vender suas terras, aqui entendidas não simplesmente como meio de subsistência material, mas como componente fundamental que viabiliza as relações culturais e morais pertencentes à lógica camponesa. Concordamos com Woortmann (1990) quando analisa *terra, família e trabalho* como categorias inerentes ao universo



camponês, que define aquilo que o autor vem chamar de *campesinidade*, valores morais que se sobrepõe à lógica econômica.

2- Resistência Camponesa e Conflito Socioambiental: O caso das comunidades de Arapiranga e Cravo.

Em trabalhos de campo realizados em 2013 e 2014, ao visitar duas comunidades ao longo da PA-140 no município de Concórdia, constatamos que poucas famílias estão inseridas no sistema de parceria com a empresa Biovale localizada na região. Entretanto, pudemos perceber alguns impactos sobre o modo de vida nas comunidades estudadas, que, segundo os moradores, surgiram após a implementação da empresa voltada ao agronegócio (*agrobusiness*).

A respeito disso, nos foi relatado em algumas entrevistas, a exemplo de Seu Lázaro e Dona Graça, uma questão relacionada à problemática socioambiental. Com a chegada da empresa e a consequente compra das terras pelo município de Concórdia, principalmente nas proximidades do Igarapé, pessoas que outrora podiam se utilizar desse bem natural sem nenhum tipo de receio, passaram a perceber o aparecimento de alguns sintomas como *coceiras e vermelhidão na pele e nos olhos* após entrarem em contato direto com a água do igarapé. Robenita, por exemplo, nos conta que: “quando chove vem tudo pra água, muita gente já deixou de usar o igarapé, agora só água de poço”. (Robenita, Entrevista Realizada em 2013).

Isto é um exemplo do que Zhouri e Laschefski (2011) definem como *conflito ambiental espacial*, pois, ainda que a poluição do rio tenha sido iniciada fora da comunidade, ou seja, em área de posse da Biovale, os efeitos impactantes dos poluentes não se limitaram ao território da empresa, ultrapassando-o e afetando às comunidades que dependem dos igarapés para a sobrevivência.

Recentemente (2014), a empresa Biopalma recebeu uma liminar do MPF (processo 29245-40.2014.4.01.3900) que incumbiu o Instituto Evandro Chagas de realizar estudos de impactos socioambientais e que comprovou contaminação por agrotóxico em plantações de dendê às comunidades tradicionais localizadas ao longo dos igarapés, registradas em relatório de perícia feita nos municípios de São



Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, vizinhos de Tomé-Açu e também tomados por plantações de dendê para beneficiamento pela Biopalma e outras empresas.

Considerações Finais

Assim, acreditamos ser necessário, diante do exposto, uma maior reflexão acerca dos problemas relacionados às questões ambientais, pois, há uma enorme contradição envolvida sobre o discurso do desenvolvimento sustentável, promulgado pelo PNPB. Ainda que o argumento consista em que se trata de uma “energia limpa”, o processo de produção do agrocombustível é sujo, pois se utiliza de agrotóxicos e fertilizantes, que poluem solos e igarapés, alterando a dinâmica e hábitos tradicionais nas comunidades estudadas.

Agradecimentos

Às Bolsas a nós concedidas (respectivamente): PIBIC/UEPA e PIBIC/FAPESPA/UEPA.

Referências bibliográficas

FABRINI, João E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli A. dos (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: _____; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p.27-64.

ROTHMAN, Harry; FURTADO, André. A possível contribuição da avaliação tecnológica para os programas de bioenergia. In: ROSILLO-CALLE, Frank; Etc al (orgs.). **Uso da biomassa para produção de energia na indústria brasileira**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2005.pp.121-162.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/87).

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.